

Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

476-A – Parte 1

Resumo

Suspensão do contrato de trabalho

Seguindo na análise das hipóteses de suspensão, iremos analisar a suspensão do contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional, prevista no art. 476-A da CLT.

O empregado não trabalha, nem recebe salário. Contudo, receberá um valor equivalente ao seu salário através de uma bolsa de qualificação profissional, que não é paga pelo empregador, mas com recursos advindos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O art. 476-A prevê que:

Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação.

Para que aconteça, a suspensão:

- Terá período máximo de 2 a 5 meses (prazo equivalente a duração do curso);
- Será prevista em norma coletiva;
- Contará com a concordância formal do empregado;
- Será notificada ao sindicato (com antecedência mínima de 15 dias) - §1º do art. 476-A, CLT;
- Não poderá ser concedida para o mesmo empregado em período inferior a 16 meses - §2º do art. 476-A, CLT.

O empregador poderá conceder benefícios (ajuda compensatória mensal ou de outra natureza), que não configura salário, conforme art. 476-A, §§ 3º e 4º:

*§ 3º O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual nos termos do **caput** deste artigo, com valor a ser definido em convenção ou acordo coletivo.*

§ 4º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

A dispensa no curso da suspensão do art. 476-A somente ocorrerá na hipótese do §5º:

§ 5º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato.
